



XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **18/06/2019**

Aprovado em: **20/06/2019**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.06.09>

PRIMEIROS SINAIS DE UMA MUDANÇA NA PRÁXIS EDUCACIONAL: UM NOVO OLHAR SOBRE OS FRUTOS DO ENSINO SUPERIOR NA ATUAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

EVELYN MONARI BELO

•

O presente trabalho constitui a constante pesquisa acerca das necessidades que constituem a realidade do setor educacional. O leitor é convidado a refletir sobre novas determinações acerca da realidade do cotidiano escolar e as possibilidades de ação docente. A realidade da autora determina a discussão proposta sobre as ações pedagógicas que devem conduzir a formação profissional oferecida no Ensino Superior para assegurar modificações na formação dos educandos inseridos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação Básica.

•

The present work constitutes the constant research about the necessities that constitute the reality of the educational sector. The reader is invited to reflect on new determinations about the reality of daily school life and the possibilities of teaching action. The reality of the author determines the proposed discussion about the pedagogical actions that should lead to the professional training offered in Higher Education to ensure changes in the education of the students enrolled in the initial years of Basic Education, Basic Education.

Le présent travail constitue la recherche constante sur les nécessités qui constituent la réalité du secteur éducatif. Le lecteur est invité à réfléchir à de nouvelles déterminations sur la réalité de la vie quotidienne à l'école et sur les possibilités d'enseigner l'action. La réalité de l'auteur détermine le débat proposé sur les actions pédagogiques devant mener à la formation professionnelle proposée dans l'enseignement supérieur afin de garantir des changements dans l'éducation des étudiants inscrits dans les premières années de l'éducation de base.

1. Um convite à reflexão de nossa atuação profissional

Educar é um ato nobre, um exercício constante e renovador. Educar é oferecer condições e criar possibilidades. Frases como essas são, corriqueiramente, um clichê nos cursos de Pedagogia, proferidas com o objetivo de fomentar novas práticas na medida em que são formados novos profissionais da educação e que, conseqüentemente, os mesmos são “lançados” ao mercado de trabalho.

Há sete anos participando desse respeitado congresso, as discussões acerca de temas que circundam uma nova sociedade e dinamizam o cenário pedagógico muito contribuíram para que novos olhares conduzissem ações e gerassem esperança num cenário tão desacreditado.

Discutir novas formas de ação com o objetivo de promover condições adequadas de aprendizagem constituíram elementos subjetivos que passaram a motivar verdadeiramente as ações desenvolvidas no contexto pedagógico de uma ação diretiva no segundo ano do Ensino Fundamental.

Entre tantos elementos, no decorrer desses sete anos de participação com apresentação de trabalho e considerando a contemporaneidade como um elemento que impulsiona mudanças necessárias e urgentes, dois merecem destaque:

1. Refere-se ao questionamento proposto para que os estudantes de Pedagogia e demais licenciaturas, futuros profissionais da educação, estejam devidamente capacitados para atuarem responsabilmente em sala de aula;
2. Refere-se a uma análise sobre a importância atribuída à BNCC (Base Nacional Curricular Comum) para a melhoria das condições de aprendizagem dos educandos.

A práxis educacional é sempre motivo de discussões no meio acadêmico e pode vir a ser o sinal da mudança citada anteriormente.

Refletir sobre a prática educacional é, sem dúvida, essencial. Entretanto, apenas pensar sobre os rumos tomados pela educação brasileira implica mais ações do que podemos imaginar. Em outras palavras, em um momento inicial podemos considerar que o cansaço de uma triste trajetória que caracteriza os professores, verdadeiros profissionais da educação, ousadamente podemos afirmar que os mesmos carecem de imaginação.

Em sentido amplo, a imaginação tem sido um ato necessário, pois quando nos encontramos diante de tantas dificuldades, tantas agruras no caminho trilhado, o que temos é sempre a necessidade de suprimos carências expressas nas necessidades estruturais do trabalho pedagógico.

Enquanto temos criatividade para gerar condições de proporcionar aulas que expressam situações de ensino e aprendizagem conseguimos prosseguir com a dura jornada a nós atribuída. Porém, quando nosso arcabouço de ideias se esgota ou as mesmas se esvaem, o que nos resta é o desconforto diante de uma situação cada vez mais difícil, que não nos remete a situações motivadoras.

Nessa perspectiva, questionar como lidar com tantas cobranças e com tantas ações do Ensino Superior diante da responsabilidade de formar novos profissionais da educação torna-se um meio de refletir sobre a importância de nossa compreensão sobre a reimplantação de ideias que há muito tempo configuram o cenário educacional. Assim, podemos verificar que “é generalizada a queixa de professores universitários a respeito da falta de interesse e dedicação aos estudos de seus alunos” (BARTALO; GUIMARÃES, 2008, p.2).

Como reflexo dessa afirmação, oportunamente verificamos o descontentamento dos profissionais da educação nas extremidades consideradas nesse trabalho para a discussão proposta: tanto para os professores universitários quanto para os professores que atuam no Ensino Fundamental a insuficiência estrutural humana “pesa” sobre os ombros de quem deixou de ser responsabilizado para ser penalizado pela sociedade, sendo essa condição uma justificativa ao fracasso do sistema educacional.

Sendo um hábito que pode ser considerado absurdo, é necessário deixarmos de eleger culpados. Ao docente, tanto do Ensino Superior quanto da Educação Básica, segue a necessidade de promovermos transformações verdadeiras, carregadas de sonhos e vontades próprias.

Em linhas gerais, a história da educação brasileira é pautada na ocorrência de grandes feitos que não são constituídos pela verdadeira grandiosidade expressa nessas condições.

Tal afirmação corrobora com a necessidade de modificações sempre presentes nas circunstâncias oriundas de lutas e conflitos, como por exemplo, a transformação de uma escola “fechada” para uma escola em que a sociedade ganha voz e vez.

Então:

“Como explicar o fracasso de uma sociedade que procura participar da consolidação de novas ideias? Qual o sentido atribuído a relação entre escola e sociedade para a confirmação de uma nova realidade?”

Tomando como parâmetro de análise os trabalhos já apresentados nesse evento em anos anteriores e nesse mesmo eixo, duas condições merecem especial atenção:

- a. De um lado, nos propomos a buscar reflexões que, caracterizando a realidade educacional de forma abrupta e até mesmo equivocada, encontramos como justificativa a necessidade de reformulação da concepção de compreensão da reformulação da prática pedagógica desenvolvida nos cursos de formação profissional, sobretudo Pedagogia;
- b. De outro lado, a necessidade de verificação da importância e “validade” das normatizações previstas com a implantação da BNCC compreendidas como recursos que, objetivamente, devolverão ao sistema educacional brasileiro a credibilidade e, conseqüentemente, a qualidade do ensino.

Em outras palavras, os debates acerca da necessidade de reformulação dos currículos dos cursos universitários e também das práticas pedagógicas realizadas pelos profissionais “formados” nesses cursos são sempre presentes, mas nem sempre concretizados.

Atuando como professora da Educação Básica e sempre refletindo sobre a prática anterior que desenvolvia simultaneamente com o Ensino Superior, a constatação de dificuldades para a concretização dos objetivos propostos nos planos de ensino de ambas é inquestionável: quando não temos problemas com a realização de atividades temos problemas ocasionados a partir das reflexões propostas.

Tais reflexões são, em sua concretude, a possibilidade de proporcionarmos novas formas de compreensão da realidade. Trata-se da contribuição do educador com a formação da consciência coletiva, tão ou mais necessária que o oferecimento de recursos para a elaboração de novas práticas.

As reuniões pedagógicas que geralmente são realizadas no decorrer do ano letivo com o objetivo de planejar e “re-planejar” não são os únicos momentos para que possamos determinar nossas ações e pontuá-las, adequando-as ao cotidiano e à realidade de nossos educandos.

Na estrutura organizacional escolar temos momentos nos quais nos encontramos com nossos parceiros e, então, esperamos a possibilidade de estabelecermos diálogo para que as diversas situações sejam questionadas de modo a refletirmos sobre o que devemos reelaborar para atingirmos os objetivos propostos. Durante esses encontros, podemos decidir se os mesmos serão produtivos ou não. Porém, em muitos momentos, esses encontros tornam-se pontos de discussão em que as opiniões dos professores – profissionais diretamente envolvidos com os educandos – são desconsideradas ou compreendidas de forma errada.

Atualmente, as equipes gestoras priorizam uma nova forma de ação, afirmando sua prática como democrática. Entretanto, o sentido da expressão democracia – mesmo não sendo esse o foco da reflexão proposta é necessário situar o leitor – não tem sido compreendido adequadamente ou, então, podemos ousar afirmar que o desconhecimento de sua profundidade torna o desejo de autonomia e o direito à liberdade conceitos extremamente equivocados e, por vezes, inúteis em nossa sociedade.

1. Uma análise das dificuldades que caracterizam o ensino brasileiro

Formar profissionais capacitados para atender a demanda existente na sociedade sempre foi uma necessidade. Porém, formar bons profissionais é uma urgência!

Vivemos conflitos que nunca se dissolvem, contrariamente, sempre se consolidam caracterizando-se pela força constante e progressiva que conquistam a cada nova discussão realizada em nível nacional.

Retomando as ideias apresentadas neste mesmo evento no ano anterior, temos como uma reflexão muito proveitosa a que nos refere a considerar que:

Os últimos cinquenta anos que conduzem e caracterizam a história da política brasileira nos permitem identificar, objetiva e facilmente, as inúmeras propostas implementadas no sistema educacional brasileiro tendo em vista o gerenciamento de situações de aprendizagem por meio da aplicação de inúmeros instrumentos avaliativos. Momentaneamente, talvez possamos considerar a última LDB (1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) como expressões máximas da necessidade e urgência de transformações na trágica realidade enfrentada por um sistema educacional que pode ser considerado expressivo, porém, absolutamente falho. (BELO, 2018, p.8)

Independentemente da época em questão, os problemas enfrentados para melhorarmos a qualidade do ensino propiciado em quaisquer níveis e modalidades da educação brasileira são sempre muito bem valorizados para apontarmos as falhas. Entretanto, é cabível considerarmos que perdemos muito tempo tentando encontrar justificativas e não direcionamos nossas ações para que as soluções comecem a surgir.

Deveríamos concentrar nossos esforços no abandono da espera e propor ações nas quais expressaríamos nossa vontade e necessidade em *“fazer com o mínimo que possuímos o melhor que pudermos”*.

Para atingirmos essa condição apresentada, o primeiro e principal passo deve ser a boa formação profissional dos que atuarão na Educação Básica. Aliás, uma ressalva deve ser realizada nesse momento: o Ensino Superior é considerado na legislação educacional vigente como um capítulo à parte, desvinculado, caracterizando de forma inquestionável o processo seletivo proposto para que os estudantes participem de maneira sublime, como se atingir o nível que constitui a elite pensante do país seja um reconhecimento que determina os mais bem preparados, mais capacitados e, em alguns momentos, considerados verdadeiros gênios. Nessa perspectiva, os desfavorecidos tornam-se incrédulos num país em que o sistema não parabeniza quem sobrevive à míngua a partir das míseras fagulhas de um raio de educação que perde sua luz dia a dia.

Se o foco são as crianças em processo de alfabetização, temos uma triste certeza: nossos egressos do Ensino Superior e os futuros profissionais são novas formas produzidas no fracasso de uma educação que corrobora com princípios inativos e determina uma nova manifestação do processo de seleção natural, bem diferente daquele tão conhecido e estudado para o processo seletivo das melhores universidades do país. Equacionando ambos – o processo seletivo biológico e o processo seletivo das universidades –, teremos como produto uma condição básica para que sobrevivam os melhores, os mais adaptados, os mais afortunados econômica e culturalmente... e vamos construindo nosso país

defendendo a bandeira da educação de qualidade restrita a uma minoria “reduzida” e a permissividade para o exagerado aumento da manipulação de grandes massas.

Portanto, retomando as ideias de Belo (2018, p.13):

Trabalhar com o Ensino Superior paralelamente com o desenvolvimento de uma atuação nos anos iniciais da Educação Básica permitiu à autora a aquisição de uma capacidade de reflexão que, no presente momento, possibilita a corroboração de elementos nas discussões numa perspectiva não ilusória, e sim realista. Infelizmente, os resultados podem não ser os desejados, como por exemplo a não aceitação de inovações na atuação em sala de aula.

Atualmente, a proposição aqui apresentada reflete muitos aspectos já discutidos pela autora nesse mesmo eixo em anos anteriores. Um elemento que deve ser considerado é a discussão proposta sobre a necessidade de implementação de novas formas de cobrança dos estágios obrigatórios nos cursos de licenciatura.

Em toda e qualquer atividade a prática, o exercício constante é essencial. Não se trata de exercícios repetitivos ou capazes de propiciar aos futuros profissionais da educação o desenvolvimento de habilidades e o aperfeiçoamento de competências em prol da atuação perfeita. Aliás, não temos e não teremos um manual com a indicação de ações práticas e objetivas que assegurarão o sucesso soterrando o fracasso identificado no sistema educacional brasileiro, mas podemos atingir a melhoria quando refletirmos de forma consciente sobre o que podemos, aos poucos, modificar. Assim, a criticidade dos docentes do Ensino Superior surge como elemento que deve se estender às ações que estabelecem vínculos entre a academia e a população. Propor novas ações requer uma revisão sobre o alcance das ações a longo prazo. Em outras palavras, temos em mãos a necessidade de melhoria em caráter de urgência, mas, para que seja significativa e real, que seja o resultado de uma ação contínua e direta.

Nessa perspectiva as unidades educacionais deverão ajustar-se a novos paradigmas, respeitando a diversidade e considerando a necessidade expressa no trabalho pedagógico que expressa a deficiência em relação ao que deveria ser suprido facilmente nos anos iniciais da Educação Básica.

Por esse motivo, novas questões surgem e podem direcionar novas reflexões nesse momento:

“Identificamos o problema nos anos iniciais da Educação Básica brasileira, mas não conseguimos compreender a necessidade de tornar o Ensino Superior como parte integrante desse nível de ensino.

Como corresponder às expectativas depositadas na urgência de melhorias?”

Uma questão como essa agrega uma vasta possibilidade de respostas, muito complexas e, paradoxalmente, vagas. Assim, exige nossa melhor performance nas articulações entre burocracia, teoria e prática presentes, cotidianamente, no ambiente educacional

Em uma de suas crônicas, Rubem Alves afirma que “diabetes não tem cura. É doença crônica. [...] A vida também é uma doença crônica [...] Há coisas que você tem de fazer todo dia para não morrer [...]” (2014, p. 213). Podemos considerar que ocorre a mesma situação com a educação brasileira.

A insuficiência e a impossibilidade de atingirmos a qualidade no setor educacional já se tornaram uma doença crônica. Podemos, ousadamente, afirmar que não é uma doença crônica mas, sim, uma justificativa crônica que se traduz na incredibilidade que atribuímos ao setor educacional após uma trajetória sucessiva de fracassos.

Sempre presentes, a cada nova reflexão, a cada nova necessidade, a cada nova implementação observamos que nossa urgência em melhoria se renova a cada dia e que, se não executarmos todos os dias as mesmas ações, não conseguiremos assegurar a sustentabilidade do mínimo que executamos com maestria diante de tantas dificuldades.

A base de nossos pensamentos acaba por resumir-se nas agruras que desencadeiam, progressivamente, novas dificuldades em nossa atuação profissional e tornam a melhoria e a qualidade um sonho cada vez mais distante.

“Por que retomar o questionamento sobre o Ensino Superior e suas responsabilidades? Justificar as incertezas tomando como referência a compreensão dessa ‘doença crônica’ não seria suficiente?”

Certamente não, pois:

Verificar o que julgamos necessário para nossa própria transformação nos parece algo simples. Entretanto, o pensar e o “re-pensar” a prática docente cotidianamente pode ser compreendido como o ato mais complexo e necessário, que conduz nossas ações e configura o que denominamos formação continuada. Não se expressa em cursos, e sim no exercício da ação. (BELO, op. Cit.)

A necessidade da mudança é certa. Nossas ações precisam ser certeiras. Portanto, temos a possibilidade de determinarmos o quê e como queremos realizar, mas, de certa forma, não temos muitos insumos, tanto humanos quanto financeiros. O insumo denominado recursos financeiros acaba determinando nossas ações, ou melhor, paralisando-as.

Vivendo uma época marcada por uma crise que ultrapassa o caráter econômico, temos perdas irreparáveis no aspecto intelectual.

A formação deficitária de nossos professores colabora com essa triste realidade. Em suma, nossos alunos da Educação Básica sofrem com o produto dessa insuficiência expressa na formação dos profissionais da educação que se traduz nas aulas ministradas e, muitas vezes, na incompreensão dos mesmos em relação a saber interpretar os obstáculos e propor situações de superação diante dos mesmos.

Para tanto, podemos verificar que:

Trata-se da importância de uma formação que supere as obviedades próprias do pensamento linear, da formação alicerçada no senso comum sem a consciência crítica esclarecedora que oportuniza a capacidade de compreender a realidade desvendando o fenômeno em sua totalidade. (FERREIRA; BITTENCOURT, 2008, p.58).

Linearidade é uma condição esperada que caracteriza, de certa forma, a presença de uma falsa segurança. Tem-se, nessa afirmação, a possibilidade de identificarmos a desvalorização de profissionais tão empenhados em suas atividades, porém, conformados com o descaso e a crítica constante e crescente que assola seu perfil profissional.

Em muitos momentos a única opção que lhes resta é o conformismo. Mas se houver uma consciência sobre a permissividade que esse conformismo promove, conseqüentemente, resultará em uma nova postura, que surgirá aos poucos, de forma linear.

1. Por que é necessária a atuação articulada entre Educação Básica e Ensino Superior?

Diante das proposições anteriormente relacionadas, podemos compreender que a insuficiência que

caracteriza o setor educacional abrange, amplamente, docentes e discentes, em diferentes faixas etárias.

Observando a atuação dos profissionais da educação chegamos a questionar o nível de capacidade de interpretação que possuem. Entretanto, não poderia ser diferente: atuando de forma inadequada devido às agruras enfrentadas no cotidiano escolar, somos submetidos a uma legislação cuja aplicabilidade deixou de pautar-se na possibilidade de articulação de poderes e passou, inquestionavelmente, a pautar-se no caráter fiscalização.

Tal condição pode ser observada tanto na exigência de formação quanto na inserção de sistemas avaliativos que tem como objetivo possibilitar uma análise acerca da condição expressa por nossos educandos a partir dos resultados observados. Em linhas gerais, o que deveria auxiliar acaba por emperrar as ações necessárias.

Se observarmos com certa paciência, verificaremos que os profissionais da educação já não acreditam que podem mudar sua prática de forma significativa. Essa “baixa-estima” acaba por tornar-se um verdadeiro cultivo da incapacidade intelectual. Habitados a executar ações cotidianas, sem questionar e, além disso, sem compreender a importância de sua ação no contexto de uma nova BNCC, tais profissionais descredita de sua potencialidade e determinam a propagação de uma situação histórica: são desvalorizados pela sociedade como um todo, mas são, também, incapazes de mudar porque já se habituaram a deixar tudo como está.

Traduzido em comodismo, temos o desânimo.

Novos documentos podem, sim, propiciar novas formas de atuação. Todavia, a implementação de novas práticas é oriunda da ação dos professores em sala de aula. Em um entendimento amplo, é muito triste observar que a fala de educadores se traduz ora na indignação, ora no “deixa como está”.

Na medida em que nossa proposta de atuação considerar a necessidade de reformulação de nossos planejamentos estaremos nos propondo a promover a reformulação de nossa prática. Porém, a realidade nos apresenta uma situação ainda mais preocupante: abandonados à própria sorte e caracterizados pelo descaso extremo, os profissionais da educação já não planejam. Ano a ano é possível verificar a troca de planejamentos já prontos entre colegas de profissão, alterando apenas o nome e o ano em que trabalhará. Mais adiante, verificamos que o acúmulo de exigências burocráticas determina a impossibilidade de leitura e acompanhamento detalhados a ser realizado por parte das equipes gestoras e coordenadoras, enfatizando a situação de negligência acerca do envolvimento com a leitura do trabalho de seus docentes.

Coordenar ações assume um significado amplo, mas que exige, paradoxalmente, delimitações.

Tal afirmação é relevante tanto para os docentes que atuam na formação dos futuros profissionais da educação quanto para os docentes que possuem como função preparar nossos novos educandos, frequentadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação Básica.

Se nos propomos a refletir considerando as condições atuais de professores atuantes no Ensino Superior, podemos nos propor também a refletir sobre suas dificuldades no tocante às exigências que a carreira docente lhes impõe.

Inúmeras exigências quanto às condições de trabalho e dedicação aos diversos afazeres acadêmicos determinam o ritmo de trabalho e tornam o docente responsável pela formação dos futuros profissionais da educação verdadeiros guardiões do saber erudito. Entretanto, é necessário que se estabeleça uma nova forma de compreensão da realidade com o propósito de promover uma nova situação no ambiente acadêmico.

Em outras palavras, trata-se de reformular as ações já estabelecidas, pois mudanças são bem-vindas

também nesse nível de ensino. Infelizmente, são realizadas apenas cobranças, mas sabemos que as discussões em nível acadêmico podem ser muito proveitosas e produtivas quando temos como objetivo atingir uma nova forma de ação.

Por isso:

Discutir a formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental, enquanto possibilidade de construção de saberes necessários à prática pedagógica é uma tarefa complexa que exige a dedicação, já que há problemas que são intrínsecos às questões epistemológicas, sociais e culturais relacionadas às políticas públicas direcionadas à educação, tendo em vista, a vivência de teoria e prática, as concepções de sociedade, homem e as técnicas disponibilizadas pelas instituições nos cursos de formação. (NASCIMENTO; CABRAL, 2010, p.17675).

As pesquisas acadêmicas são extremamente importantes e necessárias, o que nos permite afirmar que devem ser valorizadas e apoiadas, pois incitam a participação direta ou indireta de nossa sociedade.

A participação direta é a mais significativa, pois refere-se exclusivamente às ações direcionadas às diferentes etapas do processo de alfabetização. Então, podemos considerar que a mudança propiciada no Ensino Superior será o vínculo necessário para que os novos profissionais da educação sejam capazes de realizar um trabalho que atenda a uma sociedade que se sente incapaz e falida.

Em poucas palavras, para que possamos atingir o ápice e superar essa improvável história com final bem sucedido, é necessário que:

[...] a formação do educador deve necessariamente contemplar os aspectos históricos, filosóficos e políticos de forma indissociada, permitindo compreender o homem, sua história e transformá-lo. Como educadores, é preciso fazer da educação um espaço de apropriação do conhecimento e da cultura historicamente acumulada um espaço de reflexão sobre a realidade existente e que permita realizar uma ação e uma educação efetivamente transformadora. (LOMBARDI, 2016, p.30)

Entre tantas reflexões as propostas não são efetivadas e, por esse motivo, o déficit observado nos últimos anos são verdadeiras expressões abusivas de uma quantidade infindável de “justificativas injustificáveis”. Mesmo em meio a um tom inusitado, porém, distante de ser irônico, a última expressão utilizada é um tanto provocadora, pois é capaz de induzir entre os docentes mais engajados o ânimo necessário à reformulação de ideias, associando-o às novas propostas pedagógicas e, simultaneamente, encorajando os novos profissionais a decidirem pelo abandono do comodismo.

A arte de ensinar – como é denominada por grandes educadores – deveria ser algo inerente a todos os profissionais que se dedicam a essa profissão. Entretanto, é comum observarmos que a facilidade em engajar-se nessa profissão mesmo em um país em crise nos diversos setores torna-se fator preponderante no momento de investimento financeiro em uma futura carreira profissional:

Em sentido amplo, ser educador ultrapassa a condição de atuar em uma profissão desacreditada e desvalorizada, que incita a marginalização desses profissionais em meio a um país semeado pelos consecutivos fracassos.

Em sentido restrito, ser educador representa a possibilidade única que podemos oferecer a milhões de brasileiros que confiam em uma proposta falsa de universalização do ensino e que, assim, são frutos de uma educação de nível superior de baixa qualidade. Culpa-se todo e qualquer aluno pelo seu fracasso ou pelo seu sucesso, recaindo essa culpa citada nos sujeitos envolvidos no processo de

forma desequilibrada, pois:

Os professores preferem colocar a culpa no aluno pela não aprendizagem, do que assumir que pode ser sua culpa, e que uma simples mudança de método ou mesmo a sua didática pode fazer com que esse aluno aprenda. O professor que é dinâmico, pode sim mudar a maneira de o aluno encarar o processo ensino-aprendizagem, e ficar motivado a aprender, a querer mais e sentir-se feliz por aprender (ALVES, 2013, p. 33).

Estende-se, dessa maneira, a inusitada carreira fracassada, pois são contratados profissionais que desacreditam daquilo que realizam antes de serem acreditados.

Em suma, temos como produto dessa situação uma intensa racionalização da deficiência do sistema educacional brasileiro. A culpa pela situação continua sem culpados efetivos, seguindo o curso natural da exploração do ambiente das justificativas que induzem os profissionais a aceitar o que não é adequado ao ato de pensar. Como resultado, temos uma geração que assegurará o conformismo se não criarmos mecanismos aliados às propostas governamentais que, atualmente, configuram nossa atuação no sistema educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse artigo é conduzir um debate que proporcione aos profissionais da educação a aceitação de um exercício de “aceitação” de novas condições, favorecendo a mudança de pensamento e, conseqüentemente, da prática pedagógica.

Aceitar é uma condição que deve ser associada à implementação de novas reflexões, condizendo, assim, com as propostas que circundam as diretrizes que concretizam a determinação expressa em documentos legais. Em contrapartida, a aceitação não pode ser condição que imponha a atuação dos profissionais em comum acordo com diretrizes que nem sempre podem ser as únicas medidas.

A partir de novas análises os profissionais da educação poderão retomar o sentido de sua prática pedagógica e, novamente, acreditar na potencialidade de sua ação. Afinal, a profissão em questão segue desvalorizada em virtude dos próprios profissionais confirmarem constantemente que não são reconhecidos.

Em suma, seguimos refletindo diante das novas propostas e, certamente, propondo novas formas de ação. E que venham novas oportunidades de aprofundamento do conhecimento por meio da realização de debates significativos e atuais, como esses proporcionados por esse respeitado evento.

